

## ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

(Lei 14.133/2021)

Processo CPA nº 2025/66338

### 1. OBJETO

- 1.1. Contratação de empresa para prestação de serviços auxiliares de apoio operacional, com fornecimento de mão de obra, sem qualquer vínculo com o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, que disponha de força física para a execução de serviços braçais.

### 2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO (Inc. I, § 1º, art. 18, Lei 14.133/21)

- 2.1. Esta contratação visa substituir o contrato atual, nº 000.181/2025/CT, celebrado em caráter emergencial e com vigência até 08/06/2026, que deverá ser rescindido assim que formalizada a presente contratação.
- 2.2. A mão de obra solicitada será utilizada nos serviços sob gestão da SAAB 5.3 – Coordenadoria de Distribuição de Materiais Permanentes e Controle Patrimonial, envolvendo atividades de movimentação e transporte de mobiliário e outros materiais destinados ao fornecimento às unidades administrativas, bem como os bens destinados a leilão, armazenados no galpão do almoxarifado central (prédio Carlota - Tatuapé), além de outras movimentações de bens para os quais sejam designados nos prédios da Capital e Grande São Paulo.

### 3. DEMONSTRAÇÃO DA PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL (Inc. II, § 1º, art. 18, Lei 14.133/21)

- 3.1. O objeto a ser contratado está inserido no Plano de Contratações Anual 2026, sob o número 855/2026.

### 4. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO (Parágrafo único, art. 11, Lei 14.133/21)

- 4.1. O objeto da contratação não faz parte do rol dos objetivos do Planejamento Estratégico do Tribunal de Justiça – 2021/2026. No entanto, trata-se de contratação de serviços auxiliares de apoio operacional necessários ao

funcionamento do Tribunal de Justiça de São Paulo.

## **5. CATÁLOGO ELETRÔNICO DE PADRONIZAÇÃO** (§ 5º, art. 12, Provimento CSM nº 2.724/2023)

5.1. Não se aplica, pois não há catálogo eletrônico de padronização para este tipo de objeto disponível no Portal da Administração do TJSP.

## **6. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO** (Inc. III, § 1º, art. 18, Lei 14.133/21)

6.1. O Termo de Referência estabelecerá os requisitos mínimos a serem atendidos pela empresa contratada, tais como:

6.1.1. Os(as) profissionais deverão ter:

6.1.1.1. Idade mínima de 18 anos;

6.1.1.2. Escolaridade mínima equivalente ao Ensino Médio para o encarregado(a) e fundamental completo aos demais trabalhadores(as).

6.1.2. Os empregados(as) da Contratada devem ficar à disposição do Contratante para a prestação dos serviços;

6.1.3. Não poderão ser compartilhados os recursos humanos e materiais disponibilizados nesta contratação para execução simultânea de outros contratos;

6.1.4. Deverão ser fornecidos uniformes, crachás, materiais e equipamentos de segurança obrigatórios para execução das atividades profissionais;

6.1.5. Gestão da equipe de profissionais e acompanhamento da execução dos serviços deverá ser por meio do(a) encarregado(a).

6.2. O Tribunal de Justiça disponibilizará toda a infraestrutura necessária para a execução dos serviços.

6.3. Os(as) profissionais serão orientados pelo fiscal do contrato sobre as práticas ambientais e de sustentabilidade adotadas pelo Tribunal de Justiça de São Paulo.

6.4. Será solicitada vigência contratual de 30 (trinta) meses, com possibilidade de prorrogação sucessiva até o limite máximo de 10 (dez) anos, conforme previsto no art. 107 da Lei nº 14.133/2021, e possibilidade de extinção a qualquer tempo, nos termos da Lei.

- 6.5. Embora o padrão seja a jornada de 44 horas semanais, adotou-se, nesta contratação, a jornada de 40 horas semanais, por apresentar melhor adequação ao horário da equipe de fiscalização do contrato, assegurando o acompanhamento institucional contínuo da execução dos serviços.

## **7. CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO** (inc. III, art. 18, Lei 14.133/21)

- 7.1. Tendo em vista que a natureza da contratação é a prestação de serviços com dedicação exclusiva de mão de obra, o(a) fiscal do contrato irá acompanhar a efetiva execução dos trabalhos a serem realizados pelos(as) profissionais, de acordo com a demanda apresentada pelo setor, bem como o cumprimento das obrigações trabalhistas pela Contratada.
- 7.2. O Termo de Referência estabelecerá as condições para recebimento do objeto, observando:
- 7.2.1. A avaliação da qualidade dos serviços realizados e desempenho da contratada (Provimento 2.724/23, art. 76, inc. VII).
  - 7.2.2. O recebimento provisório será efetuado no prazo de até 5 (cinco) dias úteis após a apresentação dos documentos pela CONTRATADA.
  - 7.2.3. O recebimento definitivo será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis após a apresentação da Nota Fiscal e da documentação prevista no Contrato.
- 7.3. A prestação dos serviços será no almoxarifado central (prédio Carlota - Tatuapé), além de prédios da Capital e Grande São Paulo, onde houver necessidade de outras movimentações de bens.

## **8. CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO E PAGAMENTO** (inc III, art. 18, Lei 14.133/21)

- 8.1. O prazo para implantação e início dos serviços será de até 15 (quinze) dias úteis, contados da data de expedição da ordem de início dos serviços a ser emitida pelo(a) equipe de gestão do contrato.
- 8.2. Até o início da prestação dos serviços, e sempre que houver alterações, a contratada deverá apresentar relação dos empregados e empregadas alocados, contendo, no mínimo, os dados de identificação da contratada, número do contrato administrativo, nome completo, cargo ou função, data de admissão na contratada, data de alocação no posto, horário do posto de trabalho, números do CPF e da CTPS (Provimento 2.724/23, art. 80, inc. I).
- 8.3. Os serviços deverão ser executados de acordo com o previsto em contrato,

com a disponibilização da mão de obra com o perfil e experiência necessários à execução dos serviços.

8.4. A gestão e fiscalização do Contrato serão efetuadas conforme disposições constantes no Contrato, no Provimento nº 2.724/2023, na Lei nº 14.133/2021 e nas Resoluções do Conselho Nacional de Justiça aplicáveis ao objeto.

8.5. Será prevista a comprovação pela contratada, semestralmente, quanto à manutenção das condições de habilitação e qualificação, incluindo a atualização quanto ao cumprimento da política de empregabilidade estabelecida no art. 93 da Lei nº 8.213/1991, para cumprimento ao art. 10 da Resolução CNJ nº 401/2021.

8.6. O pagamento será realizado em 30 dias, a contar do ateste da Nota Fiscal pelo fiscal de contrato, ficando condicionado à comprovação de quitação das obrigações trabalhistas vencidas, relativas ao contrato (Provimento 2.724/23, art. 69, inc. II).

8.7. Em caso de inadimplemento da contratada, o pagamento das verbas trabalhistas poderá ser efetuado, nos termos de ato normativo do Presidente do Tribunal de Justiça, diretamente aos trabalhadores(as) e, posteriormente, deduzido do valor devido à contratada, observado o disposto na Resolução CNJ nº 651/2025, Lei 14.133/21, art. 121, inc. II, III e IV e Provimento 2.724/23, art. 69, inc. III.

## **9. GARANTIAS EXIGIDAS E OFERTADAS (inc. III, art. 18, Lei 14.133/21)**

9.1. Não se aplica.

## **10. MODALIDADE DE LICITAÇÃO, CRITÉRIO DE JULGAMENTO e MODO DE DISPUTA (inc. VIII, art. 18, Lei 14.133/21)**

10.1. Considerando que o objeto do presente estudo possui padrões de desempenho e qualidade que podem ser objetivamente definidos e especificações usuais de mercado, a modalidade de licitação será o Pregão, na forma eletrônica, o critério de julgamento por menor preço, e o modo de disputa aberto.

## **11. ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES PARA A CONTRATAÇÃO (Inc. IV, § 1º, art. 18, Lei 14.133/21)**

Função	Qtde
Trabalhador(a) braçal	6
Operador(a) de empilhadeira	2
Encarregado(a)	1
<b>Total</b>	<b>9</b>

- 11.1. A presente contratação irá manter quantidade de trabalhadores(as) do contrato anterior nº 000.181/2025/CT, tendo em vista que a quantidade solicitada é a necessária para o volume de serviços executados no almoxarifado central.

## 12. LEVANTAMENTO DE MERCADO E JUSTIFICATIVA TÉCNICA E ECONÔMICA (Inc. V, § 1º, art. 18, Lei 14.133/21)

- 12.1. A necessidade da contratação de serviços de apoio operacional, com disponibilização de trabalhadores(as) sem vínculo com o Tribunal e que disponham de capacidade física para a separação, movimentação, apoio no transporte, carga e descarga de bens, tanto internamente nas dependências do almoxarifado central/Seção de Armazenamento e Expedição, como em outros prédios da Capital e Grande São Paulo conforme a necessidade, mostra-se imprescindível, tendo em vista que o Tribunal não dispõe de mão de obra própria para execução dos serviços pretendidos.

## 13. ESTIMATIVA DE VALOR DA CONTRATAÇÃO (Inc. VI, § 1º, art. 18, Lei 14.133/21)

Função	Quantidade posto/mês	Valor unit - 181/2025/CT	Valor unit + 5%	Valor total mensal estimado
Trabalhador braçal	6	R\$ 4.663,64	R\$ 4.705,22	R\$ 28.231,32
Operador de empilhadeira	2	R\$ 8.437,01	R\$ 8.858,86	R\$ 17.717,72
Encarregado	1	R\$ 5.658,95	R\$ 5.941,90	R\$ 5.941,90
<b>Total mensal</b>				<b>R\$ 51.890,94</b>
<b>Total anual</b>				<b>R\$ 622.691,28</b>
<b>Total 30 meses</b>				<b>R\$1.556.728,20</b>

- 13.1. A estimativa acima foi calculada levando em consideração os valores do contrato nº 000.181/2025/CT com um acréscimo de 5%.

## 14. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO (Inc. VII, § 1º, art. 18, Lei 14.133/21)

- 14.1. Prestação de serviços auxiliares de apoio operacional, com fornecimento de mão de obra, sem qualquer vínculo com o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, que disponha de força física para a execução de serviços braçais.
- 14.2. A contratação envolve a execução das seguintes atividades, sob orientação da SAAB 5.3.2 – Serviço de Patrimônio e da SAAB 5.3.2.2 – Seção de Armazenamento e Expedição:
  - 14.2.1. Organização e movimentação interna constante dos bens permanentes (novos e usados) armazenados no almoxarifado central para distribuição às Unidades Administrativas;
  - 14.2.2. Carregamento e descarregamento de móveis nos caminhões;
  - 14.2.3. Aposição de chapa patrimonial em bens novos recebidos para distribuição;
  - 14.2.4. Separação, embalagem e movimentação de materiais de consumo diversos, distribuídos pelo almoxarifado central;
  - 14.2.5. Movimentação de bens entre prédios quando necessário;
  - 14.2.6. Movimentação dos bens destinados a leilão;
  - 14.2.7. Apoio na conferência dos estoques;
  - 14.2.8. Movimentações diversas de bens para melhor aproveitamento do espaço de armazenamento;
  - 14.2.9. Demais atividades requisitadas pela equipe de gestão do contrato.
- 14.3. Os serviços serão executados utilizando-se carrinhos de transportes e paleteiras, ou ainda por equipamentos tipo empilhadeiras disponibilizados pelo Tribunal de Justiça.
- 14.4. Os(as) operadores(as) de empilhadeira deverão zelar pelas boas condições mecânicas de funcionamento das empilhadeiras disponibilizadas pelo Tribunal de Justiça de São Paulo, verificando semanalmente o nível óleo do motor e da água do radiador, a calibragem dos pneus etc., solicitando manutenção, quando necessária. **Deverão também realizar a troca do cilindro de gás de abastecimento quando necessário.**
- 14.5. Não havendo serviços de operação de empilhadeira, os(as) operadores(as) deverão executar os mesmos serviços que os(as) demais trabalhadores(as) braçais, sempre que solicitados.
- 14.6. O(a) encarregado(a) de mão de obra braçal, além de dominar todas as técnicas correlatas à função e inerentes ao escopo desta contratação, deve também apresentar capacidade técnica e física para as seguintes atividades:

- 14.6.1. Acompanhar e participar, quando requisitado ou quando as condições operacionais exigirem, da execução dos mesmos serviços realizados pela equipe de mão de obra braçal;
- 14.6.2. Planejar a quantidade necessária de trabalhadores(as) para a execução dos serviços dentro de um prazo mínimo determinado;
- 14.6.3. Supervisionar o fluxo de serviços de modo a garantir eficiência e eficácia durante a execução destes;
- 14.6.4. Avaliar e fiscalizar serviços de mão de obra braçal, identificando falhas e defeitos de execução, corrigindo-os;
- 14.6.5. Trabalhar segundo normas técnicas de segurança do trabalho, exigindo e fiscalizando o uso de EPIs;
- 14.6.6. Trabalhar segundo normas técnicas de segurança do trabalho, produtividade, higiene e preservação ambiental, sempre supervisionando tais aspectos;
- 14.6.7. Executar outras tarefas compatíveis com as exigências para o exercício da função, incluindo-se as atividades de apoio braçal;
- 14.6.8. Dispor de capacidade física e coordenação motora compatíveis com as exigências da função.
- 14.6.9. Promover o remanejamento de empregados(as) para a execução de serviços conforme solicitado pelo(a) Fiscal ou Gestor(a).

## **15. JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO** (Inc. VIII, § 1º, art. 18, Lei 14.133/21)

- 15.1. Justifica-se o não parcelamento da contratação visando a economia de escala em face da redução de custos operacionais, tendo em vista que a contratação de mais de uma empresa obrigaria a contratação de mais encarregados(as), além do próprio aumento de eficiência administrativa, com a redução do número de contratos.
- 15.2. Além disso, a contratação da prestação de serviços com dedicação exclusiva de mão de obra e apoio operacional configura um objeto único e integrado, indivisível, a ser atendido por única empresa do ramo de atividade, e sua divisão poderia ocasionar risco ao conjunto do objeto pretendido, ante a falta de uniformidade na prestação dos serviços e gerenciamento da mão de obra.

## **16. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS** (Inc. IX, § 1º, art. 18, Lei 14.133/21)

- 16.1. Agilidade e Segurança na Transferência de Bens: Garantir rapidez e confiabilidade na movimentação de bens entre as unidades administrativas, incluindo o galpão do almoxarifado central (Prédio Carlota – Tatuapé) e demais prédios da Capital e Grande São Paulo, por meio de equipe contratada, já que o Tribunal não dispõe de mão de obra própria para execução dessas atividades.
- 16.2. Redução de Riscos: Minimizar danos aos bens e prevenir acidentes com a utilização de equipe especializada, treinada e dedicada exclusivamente às demandas do órgão, suprimindo a ausência de pessoal interno capacitado para essa função.
- 16.3. Otimização de Recursos: A contratação de equipe exclusiva elimina custos indiretos associados a contratações eventuais ou emergenciais, assegurando previsibilidade orçamentária e melhor planejamento logístico.
- 16.4. Atendimento Imediato às Demandas Internas: Garantir resposta rápida às solicitações, evitando atrasos que poderiam comprometer o funcionamento das unidades administrativas, considerando que não há servidores(as) disponíveis para realizar essas tarefas.
- 16.5. Economia Operacional e Eficiência: Ao concentrar as atividades em equipe própria contratada, reduz-se a necessidade de contratações avulsas, resultando em menor custo global e maior eficiência operacional.

## **17. PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS A CONTRATAÇÃO** (Inc. X, § 1º, art. 18, Lei 14.133/21)

- 17.1. Infraestrutura necessária com áreas de descanso, alimentação, sanitárias e trocas de uniformes dos profissionais contratados, bem como o fornecimento de materiais, equipamentos e insumos necessários para a execução dos serviços, todos já disponíveis no local de prestação dos serviços.

## **18. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES** (Inc. XI, § 1º, art. 18, Lei 14.133/21)

- 18.1. Não há contratações correlatas e/ou interdependentes ao objeto.

## **19. IMPACTOS AMBIENTAIS** (Inc. XII, § 1º, art. 18, Lei 14.133/21)



- 19.1. Por se tratar de prestação de serviços com dedicação exclusiva de mão de obra e apoio operacional, não haverá impactos ambientais na disponibilização da mão de obra para a execução dos serviços.
- 19.2. Os(as) profissionais serão orientados(as) pelo(a) fiscal do contrato sobre as práticas ambientais e de sustentabilidade adotadas pelo Tribunal de Justiça de São Paulo.
- 19.3. Serão garantidas condições dignas de trabalho, com direitos trabalhistas assegurados, contribuindo para inclusão social e geração de empregos formais.
- 19.4. Será exigido que a empresa Contratada zele por práticas seguras e responsáveis, reduzindo riscos de acidentes.
- 19.5. A contratação de mão de obra deverá refletir pluralidade e equidade, alinhada às políticas institucionais do órgão.
- 19.6. Será garantido ambiente inclusivo e seguro, com exigência de práticas que assegurem condições dignas de trabalho, livre de assédio ou discriminação.

## **20. POSSIBILIDADE DE COMPRA OU DE LOCAÇÃO DE BENS (art. 44, Lei 14.133/21)**

- 20.1. Não se aplica, por se tratar de prestação de serviços.

## **21. PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO (art. 15, Lei 14.133/21)**

- 21.1. A participação de empresas em consórcio deverá levar em consideração a complexidade do objeto e as restrições de mercado que levam à impossibilidade de empresas participarem da licitação isoladamente para atender ao objeto da contratação, tornando a competição reservada a poucas empresas aptas a preencher as condições especiais da licitação. Neste caso, o consórcio visa a ampliar o universo de licitantes permitindo a associação entre os particulares, a fim de possibilitar a soma das capacidades operacionais.
- 21.2. Considerando que o objeto a ser contratado não se enquadra na hipótese estabelecida no parágrafo anterior, em razão de ser de natureza comum, sem características especiais ou necessidade de esforços operacionais para atender ao objeto, possibilitando assim a ampla participação de empresas, não há necessidade da instituição do consórcio nesta contratação.

## 22. CUMPRIMENTO DAS RESOLUÇÕES DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

22.1. O Termo de Referência incluirá as seguintes obrigações da Contratada:

22.1.1. Em cumprimento ao art. 2º da Resolução CNJ nº 255/2018, com redação dada pela Resolução nº 540, de 18/12/2023 e Comunicado nº 056/2024 da E. Presidência do TJSP:

22.1.1.1. Quando da contratação de profissionais para atendimento ao presente Contrato, a Contratada deverá observar, para cada função, a participação equânime de homens e mulheres, proporcionando a ocupação de, no mínimo, 50% de mulheres.

22.1.1.2. Para a composição equânime tratada neste item, por mulher compreende-se mulher cisgênero, mulher transgênero e fluida;

22.1.1.3. Na medida do possível, deverá também ser priorizada a contratação de mulheres inseridas em grupos minoritários de raça e etnia de acordo com último Censo do IBGE (mulheres pardas, pretas, amarelas e indígenas);

22.1.1.4. Quando da apresentação dos dados dos profissionais contratados à equipe de gestão contratual, a empresa deverá emitir declaração justificando caso não tenha sido possível cumprir a distribuição equânime de gênero, raça e etnia por função.

22.1.2. Em cumprimento aos Artigos 8º e 10 da Resolução CNJ nº 401/2021:

22.1.2.1. Art. 8º: Tendo em vista não se tratar de Contrato com funções de atendimento ao público, não será necessária a ocupação de postos de trabalho por pessoas aptas a comunicação em Libras.

22.1.2.2. Art. 10: Quando da verificação semestral da manutenção das condições de habilitação, a ser apresentada ao Fiscal Administrativo em atendimento ao Provimento 2.724/23, art. 77, inc. VIII, a empresa deverá emitir declaração, informando quantidade total de empregados(as) e quantos desses são reabilitados ou portadores de deficiência, para comprovação do cumprimento da política de empregabilidade estabelecida no art. 93 da Lei nº 8.213/1991:

Art. 93. A empresa com 100 (cem) ou mais empregados está obrigada a preencher de 2% (dois por cento) a 5% (cinco por cento) dos seus cargos com beneficiários reabilitados ou pessoas portadoras de deficiência, habilitadas, na seguinte proporção:

I - até 200 empregados.....	2%;
II - de 201 a 500.....	3%;
III - de 501 a 1.000.....	4%;

IV - de 1.001 em diante. ....5%.

22.1.3. Em cumprimento à Resolução CNJ nº 497/2023:

22.1.3.1. Tendo em vista a quantidade de profissionais solicitada (9), não será obrigatória a reserva de vagas para mulheres em situação de vulnerabilidade prevista na Resolução CNJ nº 497/2023, nos termos do art. 3º, §4º.

**23. PLANO DE RISCOS (inc. XIII, art. 2º, Provimento nº 2.724/2023)**

23.1. O conteúdo do Plano de Riscos encontra-se apartado através do Processo CPA nº 2025/148638.

**24. EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO**

24.1. Identificação dos(as) servidores(as) responsáveis pela execução do planejamento da contratação.

<b>Unidade solicitante</b>	SAAB 5.3 – Coordenadoria de Distribuição de Materiais Permanentes e Controle Patrimonial
<b>Secretaria/Diretoria responsável</b>	SAAB – Secretaria de Administração e Abastecimento/Diretoria de Licitações e Suprimentos
<b>Gestora de Planejamento</b>	Maria Aparecida Lúcio – Coordenadora – SAAB 5.3
<b>Equipe de planejamento da contratação</b>	Henrique da Silva Filho, Escrevente, SAAB 5.3 Elizabeth Ferragut Rodrigues, Chefe de Seção, SAAB 5.3.1.1 Marco Antonio Mayer Braga, Escrevente, SAB 5.3.1.1

24.2. Identificação dos(as) servidores(as) responsáveis pela gestão do contrato (art. 72 do Provimento CSM nº 2.724/2023).

<b>Gestor do Contrato</b>	Maria Aparecida Lúcio – Coordenadora – SAAB 5.3
<b>Suplente(s) da Gestora do Contrato</b>	Elizabeth Ferragut Rodrigues, – Chefe de Seção – SAAB 5.3.1.1

**25. AVALIAÇÃO CONCLUSIVA (Inc. XIII, § 1º, art. 18, Lei 14.133/21)**

- 25.1. A presente contratação tem por finalidade garantir a continuidade dos serviços atualmente executados pela SAAB 5.3 – Coordenadoria de Distribuição de Materiais Permanentes e Controle Patrimonial, substituindo o contrato vigente. O objeto abrange atividades essenciais de movimentação e transporte de mobiliário e materiais destinados ao atendimento das unidades administrativas do Tribunal, bem como bens destinados a leilão, armazenados no galpão do almoxarifado central (prédio Carlota – Tatuapé). Incluem-se também movimentações em outros prédios situados na Capital e Grande São Paulo, quando necessário.
- 25.2. A necessidade da contratação decorre da inexistência de servidores(as) para desempenhar as funções exigidas, o que inviabiliza a execução direta pela Administração. A solução proposta atende ao interesse público, assegurando a continuidade das operações logísticas indispensáveis ao funcionamento das unidades administrativas.
- 25.3. O objeto foi definido com base em estudo técnico preliminar, considerando as especificações dos serviços, a frequência das demandas e a abrangência territorial. As condições de execução e pagamento seguirão as normas vigentes, com previsão de garantias adequadas e critérios claros para recebimento dos serviços.
- 25.4. Diante do exposto, conclui-se pela necessidade e vantajosidade da contratação, em conformidade com o art. 18 da Lei 14.133/21, assegurando a continuidade dos serviços e a adequada gestão dos bens sob responsabilidade do Tribunal.

São Paulo, data registrada em sistema.

Henrique da Silva Filho  
Escrevente Técnico Judiciário – SAAB 5.3

Marco Antonio Mayer Braga  
Escrevente Técnico Judiciário – SAAB 5.3.1.1

Elizabete Ferragut Rodrigues  
Chefe de Seção – SAAB 5.3.1.1

Maria Aparecida Lúcio  
Coordenadora – SAAB 5.3

*(documento assinado digitalmente)*